

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO TRIBUTÁRIA

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de MBA Executivo em Gestão Tributária visa atender a uma demanda existente na área da Gestão Tributária, em tempos de mudanças econômicas e sociais, pelas quais passa o Brasil e busca proporcionar o conhecimento teórico e prático em gestão tributária, visando uma atuação profissional qualificada na área, sob a ótica da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional. A abordagem técnico-científica contribuirá com as condições necessárias para uma atuação na gestão tributária, tanto nos órgãos públicos, quanto nos privados. Contudo, faz-se fundamental para os gestores, nas mais diversas áreas do conhecimento, manejar, compreender e dominar os fundamentos da gestão tributária de empresas e municípios. Em sendo, o curso busca proporcionar o conhecimento teórico e prático em gestão tributária, visando uma atuação profissional qualificada na área, sob a ótica da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional. A abordagem técnico-científica contribuirá com as condições necessárias para uma atuação na gestão tributária, tanto nos órgãos públicos, quanto nos privados. Contudo, faz-se fundamental para os gestores, nas mais diversas áreas do conhecimento, manejar, compreender e dominar os fundamentos da gestão tributária de empresas e municípios.

OBJETIVO

Promover a capacitação de gestores, administradores, bacharéis e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas à Administração e ao Direito Tributário, com o objetivo de desenvolvimento da Gestão e da Ciência jurídica e interação com a sociedade bem como desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área tributária, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação tributária, Propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área da Administração e da gestão tributária, bem como, do Direito Tributário buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais do serviço público e privado, para atuação na área tributária. Promover, ainda, o aprofundamento teórico, técnico, prático e didático para a atuação na área tributária, formando Especialistas em MBA Executivo em Gestão Tributária.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
---------------	-------------------	----------------------

APRESENTAÇÃO

Normas gerais do direito tributário, código tributário nacional, competência tributária. Receitas públicas e tributos, ilícito tributário. Contencioso administrativo tributário.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito tributário nas organizações.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender e aplicar os fundamentos do direito tributário, aspectos legais de ordem econômica e financeira.
- Definir tributos e a administração tributária.
- Conhecer e interpretar os princípios de ilícito e punibilidade na esfera tributária.
- Explicar o contencioso tributário, administrativo e judicial tributário e interpretar princípios jurídicos do direito processual tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR

LIMITAÇÕES, PODERES E ATRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

UNIDADE II – TRIBUTOS E A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TRIBUTOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

IMPOSTOS E TAXAS

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

OBRIGAÇÃO, CRÉDITO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

UNIDADE III – ILÍCITO E PUNIBILIDADE NA ESFERA TRIBUTÁRIA

PUNIBILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO

INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS

ILÍCITO PENAL FISCAL: CONCEITO E ESPÉCIES

SANÇÕES

UNIDADE IV – AÇÕES JUDICIAIS NA ESFERA TRIBUTÁRIA

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquemático**, 4ª Ed. Editora: Método, Ano: 2010.

ALEXANDRE, R. **Direito tributário** - 11. ed. Rev. atual. e amp1. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2017.

AMADO, A. N. S., **Ilícito Tributário: Conceito e espécies**. Jus Navigandi. Publicado em 09/2014. Acesso em: <https://jus.com.br/artigos/32356>.

AMARO, L. **Direito Tributário**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ATALIBA, G. **Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário**, São Paulo: RT, 1969.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Consulta. Orçamento. Glossário. Exercício Financeiro**. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exercicio-financeiro>>

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos Municípios, e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 04 de Maio de 1964. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>

CARNELUTTI, F. **Sistema de Direito Processual Civil**, tradução de Hiltomar Martins Oliveira, São Paulo: Classicbook, 2000, v. 1.

CARVALHO, P. B. **Curso de Direito Tributário**. 14ª ed. Ver. São Paulo: Saraiva. 2011.

CASSONE, V. **Direito tributário**. - 28. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, 3. ed., São Paulo: Malheiros, 2003, v. 1;

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. – 27. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, H. B. **Processo tributário** /. – 10. ed. rev e atual. – São Paulo : Atlas, 2018;

MARTINS, I. G. da S. **Limites constitucionais às contribuições no domínio econômico**. Artigo publicado no site www.haradaadvogados.com.br

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20ª edição atualizada. Malheiros: São Paulo, 1990;

NOVAIS, R. **Direito tributário facilitado**. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PONTES DE MIRANDA, **Comentários ao Código de Processo Civil**, 5. ed., atualizada por Sérgio Bermudes, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 78; **Comentários à Constituição de 1967**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967;

SABBAG, E. **Direito tributário essencial**. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Supremo Tribunal Federal – Segunda Turma. **Recurso Extraordinário 137689 PE**. Relator: Min. Néri da Silveira. Data de Julgamento 20/09/1994. Vol. 01791-04 PP-00825. Diário Oficial da Justiça 16/06/1995.

Supremo Tribunal Federal – Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário Nº. 138284-8 CE**. Rel. Min. Carlos Velloso. Data de Julgamento 01/07/1992.

PERIÓDICOS

TRF5 – Quarta Turma. **APELAÇÃO CÍVEL: AC 468268 CE 0012473-79.2006.4.05.8100**. Relator Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho. Data de Publicação: DJe 29/01/2010, p. 630. Disponível em: <<https://www4.trf5.jus.br/Jurisprudencia/JurisServlet?op=exibir&tipo=1>>

VILANOVA, L. **Causalidade e Relação no Direito**. 4ª ed. Ver, atual. E ampl. São Paulo. Revista dos tribunais. Publicação 2000.

606	Diretrizes da Contabilidade Tributária	90
-----	--	----

APRESENTAÇÃO

História E Diferenças Entre Tipos De Contabilidade; Abordagens Conceituais Sobre A Contabilidade Financeira; Abordagens Conceituais Sobre A Contabilidade Gerencial; Principais Diferenças Entre A Contabilidade Financeira E A Contabilidade Gerencial; Contabilidade Básica; Conceitos e aplicações; A importância das informações contábeis no processo decisório; O operador do Direito Tributário; Normas Brasileiras de Contabilidade; Princípios contábeis; Escrituração Contábil/Tributária; Mecanismo de contas; Lançamentos contábeis; Métodos de escrituração; Livros societários e fiscais; Introdução ao estudo do patrimônio; Fatos contábeis ; Aspectos legais da escrituração contábil; A ideia da escrituração contábil como exigência fiscal; Perícias Contábeis; Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); O Simples Nacional, A Micro Empresa E As Empresas De Pequeno Porte; Convergência Contábil Internacional E O Índice De Comparabilidade De Gray; Principais Mudanças Introduzidas Nas Duas Fases De Transição: 2008 e 2010; O Alcance Da Lei N. 11.638/07 e a Lei N. 11.941/09.

OBJETIVO GERAL

- Refletir sobre a história e diferenças entre tipos de contabilidade suas abordagens conceituais sobre a contabilidade financeira bem como abordagens conceituais sobre a contabilidade gerencial.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Estudar e analisar as diferenças entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial, a contabilidade básica bem como os conceitos e aplicações;
- Analisar o simples nacional, a micro empresa e as empresas de pequeno porte;
- Conhecer, estudar e analisar o alcance da Lei n. 11.638/07 e a Lei n. 11.941/09.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

HISTÓRIA E DIFERENÇAS ENTRE TIPOS DE CONTABILIDADE ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE A CONTABILIDADE FINANCEIRA ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE A CONTABILIDADE GERENCIAL PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE A CONTABILIDADE FINANCEIRA E A CONTABILIDADE GERENCIAL CONTABILIDADE BÁSICA CONCEITOS E APLICAÇÕES A IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DECISÓRIO O OPERADOR DO DIREITO TRIBUTÁRIO NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE PRINCÍPIOS CONTÁBEIS ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL/TRIBUTÁRIA MECANISMO DE CONTAS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS MÉTODOS DE ESCRITURAÇÃO LIVROS SOCIETÁRIOS E FISCAIS INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PATRIMÔNIO FATOS CONTÁBEIS ASPECTOS LEGAIS DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL A IDEIA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL COMO EXIGÊNCIA FISCAL PERÍCIAS CONTÁBEIS BALANÇO PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) O SIMPLES NACIONAL, A MICRO EMPRESA E AS

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONVERGÊNCIA CONTÁBIL INTERNACIONAL E O ÍNDICE DE COMPARABILIDADE DE GRAY PRINCIPAIS MUDANÇAS INTRODUZIDAS NAS DUAS FASES DE TRANSIÇÃO: 2008 E 2010 O ALCANCE DA LEI N. 11.638/07 E A LEI N. 11.941/09

REFERÊNCIA BÁSICA

BARROS, S. F. Contabilidade básica. São Paulo: IOB – Thomson, 2003. BARRETO, G. A. Manual do contador. Belo Horizonte: Líder, 2003. BORBA, C. Direito Tributário II: livro primeiro do Código Tributário Nacional e demais leis sobre normas gerais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001. MARTINS, I. G. da S. Curso de Direito Tributário. 13 ed. Saraiva, 2011. SILVA, E. C. da. Contabilidade Empresarial para Gestão de Negócios: guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos. São Paulo: Atlas, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

HORNGREN; SUNDEM; STRATTON. Contabilidade gerencial. 12 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2004. HORNGREN, Charles T. Introdução a contabilidade gerencial. Trad. José Ricardo Brandão de Azevedo. Rio de Janeiro: Prentice/Hall do Brasil, 1985. LIMA, Arievaldo Alves de. Contabilidade Geral. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005. LUCA, Márcia Martins Mendes de. Demonstração de valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998. OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade tributária. São Paulo: Saraiva, 2005. OLIVEIRA, Luís Martins et al. Manual de contabilidade tributária. São Paulo: Atlas, 2003.

PERIÓDICOS

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 1.023, de 12 de abril de 2010. Dispõe sobre a opção pelo Regime Tributário de Transição (RTT). Alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.190, de 1º de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2010/in10232010.htm> BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 1.190, de 1º de setembro de 2011. Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.023, de 12 de abril de 2010, que dispõe sobre a opção pelo Regime Tributário de Transição (RTT). Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2011/in11902011.htm>. Acesso em: 5 jul. 2013.

5383	Educação Financeira	80
------	---------------------	----

APRESENTAÇÃO

Dinheiro, seu uso e seu significado. Conceito de finanças pessoais. Orçamento e Planejamento financeiro pessoal e familiar. Poupança e gastos. Receitas e despesas. Fluxo de caixa. Reorganizando a vida financeira. Evitando endividamento. Comportamento financeiro. Investimentos e Aposentadoria. Como usar o crédito. O que é um empréstimo financeiro. Tecnologias aplicadas às finanças pessoais. Metodologias ativas na educação financeira. Objetos de aprendizagem para a educação financeira em EaD. O docente na educação financeira. Educação financeira da infância ao ensino superior.

OBJETIVO GERAL

Preparar o profissional da educação com os principais conceitos e práticas financeiras, de forma que possa contribuir no ensino-aprendizado de crianças, jovens e adultos, a desenvolver competências que permitam consumir, poupar e investir de forma responsável e segura.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender de forma crítica a importância da educação financeira para assegurar a saúde do orçamento doméstico, adequando o comportamento em relação ao uso do dinheiro, consumo consciente e seguro.
- Identificar as melhores oportunidades e meios para gerar e aumentar o nível de prosperidade pessoal.

- Controlar entradas e saídas dos recursos financeiros que promovam qualidade de vida diante dos anseios e cultura familiar, buscando modalidades de poupança e outros investimentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ORÇAMENTO E FINANÇAS DOMÉSTICAS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS PESSOAIS

ORÇAMENTO PESSOAL E FAMILIAR

FLUXO DE CAIXA FAMILIAR – RECEITAS, DESPESAS, GASTOS E

INVESTIMENTOS

COMO EVITAR E SAIR DO ENDIVIDAMENTO

UNIDADE II – PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

DIAGNÓSTICO FINANCEIRO PESSOAL

PROCESSO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL E FAMILIAR

TECNOLOGIAS APLICADAS ÀS FINANÇAS PESSOAIS

FINANÇAS PESSOAIS E EMPRESARIAIS: DICAS PARA MICROEMPRESÁRIOS

UNIDADE III – A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO FORMAL

METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A BNCC

OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM EAD

COMO ENVOLVER A FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

UNIDADE IV – METODOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O DOCENTE NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA DA INFÂNCIA AO ENSINO MÉDIO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA JOVENS E ADULTOS

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR

REFERÊNCIA BÁSICA

CERBASI, P. G. Dinheiro: os segredos de quem tem. São Paulo: Editora Gente, 2005.

CERBASI, P. G. Casais inteligentes enriquecem juntos. São Paulo: Editora Gente, 2004.

DANA, S. PIRES, M. C. 10 X sem juros. São Paulo: Saraiva: Letras & Lucros, 2008. 5.

DI AGUSTINI, C. A., ZELMANOVITS N. S. Matemática Aplicada à Gestão de Negócios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

EWALD, L. C. Sobrou dinheiro! 1ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva (Peque & Leve), 2013. 7.

FAMÁ, R., BRUNI A. L. Matemática Financeira com HP 12C e Excel – Série Finanças na Prática. 4 ed., São Paulo, Atlas, 2007.

GIANNETTI, E. O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PERIÓDICOS

MARTINS, José Pio. Educação financeira ao alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. Matemática Financeira. 7 ed., São Paulo. Atlas, 2000

74	Ética Profissional	30
----	--------------------	----

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativa na Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?
A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4839	Introdução à Ead	60
-------------	-------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL

PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM

A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM

O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD

INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

607	O Empresário e os Direitos do Consumidor: as Práticas Comerciais e a Proteção Contratual	60
-----	---	----

APRESENTAÇÃO

Responsabilidade Social Empresarial e Democracia; Uma Aliança Viável para o Enfrentamento da Questão Social?; O Empresário, as Práticas Comerciais e os Direitos do Consumidor; O Conceito das práticas comerciais; práticas comerciais reguladas pelo CDC; A Oferta; A publicidade; Práticas Comerciais Abusivas; Classificação das práticas abusivas; A cobrança de dívidas; Os bancos de dados e cadastros de consumidores; O cadastro de fornecedores; Da proteção contratual; Cláusulas abusivas (arts. 51 a 53 do CDC); Cláusulas abusivas acrescidas; Contratos: conceitos e princípios; O contrato como negócio jurídico; A função social do contrato; Desistência Contratual No CDC; Contrato de crédito e financiamento; Contratos de compra e venda e alienação fiduciária; Contratos de consórcio; Contratos de adesão; Notas sobre a Forma e a Razão dos Conflitos no Mercado de Consumo; O dom, o mercado e a guerra; As premissas da troca e o nascimento dos conflitos; As consequências da disputa.

OBJETIVO GERAL

- Analisar as propostas e as controvérsias das relações e parcerias com o Estado e a sociedade civil face ao enfrentamento da questão social, tendo como perspectiva o desenvolvimento econômico, social viável e ambientalmente sustentável.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Avaliar as práticas comerciais reguladas pelo CDC;
- Identificar a função social do contrato;
- Caracterizar as premissas da troca e o nascimento dos conflitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DEMOCRACIA UMA ALIANÇA VIÁVEL PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL? O EMPRESÁRIO, AS PRÁTICAS COMERCIAIS E OS DIREITOS DO CONSUMIDOR O CONCEITO DAS PRÁTICAS COMERCIAIS PRÁTICAS COMERCIAIS REGULADAS PELO CDC A OFERTA A PUBLICIDADE PRÁTICAS COMERCIAIS ABUSIVAS CLASSIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS ABUSIVAS A COBRANÇA DE DÍVIDAS OS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES O CADASTRO DE FORNECEDORES DA PROTEÇÃO CONTRATUAL CLÁUSULAS ABUSIVAS (ARTS. 51 A 53 DO CDC) CLÁUSULAS ABUSIVAS ACRESCIDAS CONTRATOS: CONCEITOS E PRINCÍPIOS O CONTRATO COMO NEGÓCIO JURÍDICO A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DESISTÊNCIA CONTRATUAL NO CDC CONTRATO DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO CONTRATOS DE COMPRA E VENDA E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA CONTRATOS DE CONSÓRCIO CONTRATOS DE ADESÃO NOTAS SOBRE A FORMA E A RAZÃO DOS CONFLITOS NO MERCADO DE CONSUMO O DOM, O MERCADO E A GUERRA AS PREMISSAS DA TROCA E O NASCIMENTO DOS CONFLITOS AS CONSEQUÊNCIAS DA DISPUTA

REFERÊNCIA BÁSICA

ALMEIDA, J. B. de. Manual de Direito do Consumidor. 4 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2010. AMARAL, L. O. de O. Teoria Geral do Direito do Consumidor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. ANDRADE, R. A. de. Curso de Direito do Consumidor. Barueri: Manole, 2006. SMANIO, G. P. Interesses difusos e coletivos: conceito de interesses difusos, coletivos e individuais, homogêneos, ação civil pública, inquérito civil, estatuto da criança e do adolescente, consumidor, meio ambiente, improbidade administrativa. 8 ed. v. 15. São Paulo: Atlas, 2007. TARTUCE, F. A Função Social dos Contratos. Do Código de Defesa do Consumidor ao Novo Código Civil. São Paulo: Método, 2005, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Lutando pelo direito. Brasília: Consulex, 2002. BENJAMIM, Antonio Hermann de Vasconcellos. Das práticas comerciais. In: GRINOVER, Ada Pellegrine (Org.). Código brasileiro de defesa do consumidor, comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. COMPARATO, Fábio Konder. Proteção do consumidor: importante capítulo do direito econômico. In: Defesa do consumidor – textos básicos. 2 ed. Brasília: CNDC/MJ, 1988. PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996, v. 1. FARIAS, Cristiano Chaves de; RONSENVALD, Nelson. Direito Civil – Direito das Obrigações. 3 ed, 3 tir. R TEPEDINO, Gustavo. Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. VENOSA, Silvo de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2008. V. II. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

PERIÓDICOS

DUVAL, H. A publicidade e a lei. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30
----	--	----

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

608

Direito Tributário

90

APRESENTAÇÃO

Tributos: Epistemologia e Definição; Epistemologia; Espécies de Tributos; Impostos (Arts. 16 A 76 do Ctn); Classificação dos Impostos; Taxas? Arts. 77 a 80 do Ctn; Contribuições De Melhoria? Arts. 81 e 82 Do Ctn; Empréstimos Compulsórios? Art. 148, Cf/88; Contribuições Especiais (Ou Parafiscais)? Arts. 149 E 149-A Da Cf/88; Os Tributos Na História; Os Tributos na História da Humanidade; O Direito Tributário; Definições e Conceitos do Direito Tributário; Princípios do Direito Tributário; O Princípio da Legalidade; Exceções ao Princípio da Legalidade

Tributária; Legalidade Tributária e Medida Provisória; O Princípio da Irretroatividade Tributária; A Problemática da Retroatividade Imprópria no Direito Tributário Brasileiro; O Princípio da Não-Surpresa Tributária; Exceções Ao Princípio da Não-Surpresa Tributária; Princípio da Não-Surpresa Tributária e Medidas Provisórias; A Anualidade e a não Surpresa Tributária; Princípio da Capacidade Contributiva; Princípio da Pessoalidade dos Impostos; Princípio do Livre Trânsito de Pessoas e Bens; Princípio da Isonomia Tributária; Princípio do Não-Confisco; Princípio da Generalidade, Progressividade e Uniformidade sobre a Renda; Princípio da Progressividade sobre a Propriedade Territorial Urbana ou Rural; Princípio da Unidade Político-Econômica do Território Nacional; Princípio da Uniformidade do Regime Tributário; Princípio da Não-Cumulatividade de IPI E ICMS; Princípio da Seletividade do IPI e do ICMS; Artigo: Proteção do Contribuinte e Fazenda Contra Atos Contraditórios da Modificação de Jurisprudência em Direito Tributário; A Previsibilidade e Estabilidade da Relação Tributária: A Confiança Legítima dos Contribuintes e a Garantia da Fazenda contra o Abuso de Direito; As Modificações de Jurisprudência em Direito Tributário.

OBJETIVO GERAL

• Contribuir com a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Tributário, por meio da construção de uma nova mentalidade profissional e técnica, mais dinâmica, flexível e atualizada;

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Fiscalizar a arrecadação de tributos, como taxas e impostos; • Analisar as exceções ao princípio da legalidade tributária; • Estudar e apresentar o que é o direito tributário, qual é a sua função na sociedade e no Estado, quais são os seus princípios e aplicações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TRIBUTOS: EPISTEMOLOGIA E DEFINIÇÃO EPISTEMOLOGIA DEFINIÇÃO ESPÉCIES DE TRIBUTOS IMPOSTOS (ARTS. 16 A 76 DO CTN) CLASSIFICAÇÃO DOS IMPOSTOS TAXAS? ARTS. 77 A 80 DO CTN. CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA? ARTS. 81 E 82 DO CTN EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS? ART. 148, CF/88 CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (OU PARAFISCAIS)? ARTS. 149 E 149-A DA CF/88 OS TRIBUTOS NA HISTÓRIA OS TRIBUTOS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE O DIREITO TRIBUTÁRIO DEFINIÇÕES E CONCEITOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E MEDIDA PROVISÓRIA O PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA A PROBLEMÁTICA DA RETROATIVIDADE IMPRÓPRIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO O PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA TRIBUTÁRIA EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA TRIBUTÁRIA PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA TRIBUTÁRIA E MEDIDAS PROVISÓRIAS A ANUALIDADE E A NÃO SURPRESA TRIBUTÁRIA PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA PRINCÍPIO DA PESSOALIDADE DOS IMPOSTOS PRINCÍPIO DO LIVRE TRÂNSITO DE PESSOAS E BENS PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO PRINCÍPIO DA GENERALIDADE, PROGRESSIVIDADE E UNIFORMIDADE SOBRE A RENDA PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA OU RURAL PRINCÍPIO DA UNIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA DO TERRITÓRIO NACIONAL PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE DO REGIME TRIBUTÁRIO PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE DE IPI E ICMS PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE DO IPI E DO ICMS ARTIGO: PROTEÇÃO DO CONTRIBUINTE E FAZENDA CONTRA ATOS CONTRADITÓRIOS E MODIFICAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO A PREVISIBILIDADE E ESTABILIDADE DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA: A CONFIANÇA LEGÍTIMA DOS CONTRIBUINTE E A GARANTIA DA FAZENDA CONTRA O ABUSO DE DIREITO AS MODIFICAÇÕES DE JURISPRUDÊNCIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 6 ed. São Paulo: Malheiros. 2004. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 11 Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003. (atualizado por Mizabel de Abreu Derzi). _____. Limitações Constitucionais ao poder de tributar. 7 ed. rev. e atua. por MIZABEL DERZI. Rio de Janeiro: Forense, 1999. BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 3. ed. São Paulo: Lejus, 1998. CARVALHO, Fabio Junqueira de, MURGEL, Maria Inês. IRPJ – Teoria e prática jurídica. São Paulo: Dialética, 1999. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. IVES GANDRA da Silva Martins. Comentários ao Código Tributário Nacional, coordenador. São Paulo: Saraiva, 2002. SABBAG, Eduardo de Moraes. Direito tributário. 9. ed. São Paulo: Premier Máxima, 2008. _____. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. Direito Tributário na Constituição e no STF. 7. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004. AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. História dos Tributos no Brasil. São Paulo: SINAESP, 2000. ARAÚJO, Jackson Borges de. Limitações Internacionais à Aplicação de Normas Tributárias. Recife: Bargaço, 1999. BASTOS, Celso Ribeiro, MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil (promulgada em 5 de outubro de 1988). São Paulo: Saraiva, v.1, 1988. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1997. _____; MARTINS, Ives Gandra. Comentário à Constituição do Brasil. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15. ed. revista, São Paulo: Malheiros, 1998. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário? 13 Ed. Atual. Até a publicação da Emenda Constitucional nº 48/2005 e a LC. Nº 118/2005? Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Carlos Otávio Ferreira de. O Modelo Brasileiro do Arm's Length sob a Óptica da Teoria da Justiça. In: Revista Direito Tributário Atual 23. Coordenação Alcides Jorge Costa et alli. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Tributário/Dialética, 2009.

4843	Finanças Corporativas	80
------	-----------------------	----

APRESENTAÇÃO

Introdução à administração financeira. Fundamentos do valor do dinheiro no tempo. Avaliação de títulos de renda fixa. Avaliação de ações. Risco e retorno. Custo de capital. Alavancagem e estrutura de capital. Orçamento de capital. Administração do capital de giro.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa preparar o profissional para avaliar os fundamentos e a saúde financeira das empresas, propiciando uma visão abrangente e prática sobre alternativas de solução em termos de financiamento e investimento nessas empresas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Interpretar o funcionamento dos sistemas de avaliação de investimentos e financiamentos das empresas.
- Entender os tipos de mercado financeiro e seus perfis de oportunidade em termos de captação de recursos.
- Aplicar os métodos de análise de financiamento e investimento nas empresas, discernindo sobre as melhores alternativas de captação de recursos financeiros.
- Compreender o cenário, contexto e consequências da falência e da recuperação judicial das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS EMPRESARIAIS

EVOLUÇÃO E ASPECTOS DAS FINANÇAS EMPRESARIAIS

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS EMPRESARIAIS

RECURSOS FINANCEIROS EMPRESARIAIS

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS

UNIDADE II – CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

TIPOS DE MERCADO FINANCEIRO

TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)
RISCO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
DECISÃO DE CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

UNIDADE III – FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO EMPRESARIAL

ANÁLISE DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DAS EMPRESAS
NECESSIDADES DE ALAVANCAGEM DAS EMPRESAS
PAY-BACK E MÉTODOS DE CAPM
ANÁLISES DE DRE COMO FERRAMENTA FINANCEIRA

UNIDADE IV – AVALIAÇÃO DA SAÚDE FINANCEIRA DE UMA EMPRESA

FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES DAS EMPRESAS
PROJEÇÕES DE BALANÇOS E ESTRUTURAS DE CAPITAIS
ANÁLISES DE ROTAÇÕES E LIQUIDEZ
ÍNDICES PATRIMONIAIS E ESTRUTURA

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e Suas Aplicações**. 9ª ed. São Paulo: ATLAS, 2006.

CROUHY, M., GALAI, D., MARK, R. **Gerenciamento de Risco: Abordagem Conceitual e Prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12 ed. São Paulo; Pearson, 2010.

GUASTI L. F. **Análise de Riscos**. 2 Rimpr. São Paulo: Atlas, 2016.

HOJI, MASAKAZU. **Administração Financeira: Uma Abordagem prática**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PERIÓDICOS

JORION, P., **Value at Risk: A Nova Fonte de Referência para a Gestão de Risco Financeiro**. 2 ed. São Paulo: BM&FBovespa, 2010.

REILLY, F. K., NORTON, E. A. **Investimentos**. 7ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

TOSTES, F. P. **Gestão de Risco de Mercado Metodologias Financeira e Contábil**. São Paulo. Ed. FGV, 2007.

5314

Fundamentos Da Administração

80

APRESENTAÇÃO

Tipos de gestores. Ambientes e culturas organizacionais. Ética e Responsabilidade Social. Planejamento e Tomada de decisão. Noções Básicas de Estratégia Empresarial. Inovação e Mudança. Administração Global. Criação de Organizações adaptáveis. Gerenciamento de Equipe. Gerenciamento de Comunicação. Controle. Gerenciamento da Informação. Gerenciamento das operações de Serviços e de produção.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo tem por objetivo embasar o futuro administrador quanto às teorias e pensamentos da administração, desde sua criação como ciência, até os dias atuais, introduzindo o profissional no contexto e nas atividades fundamentais da profissão.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Interpretar o que são as organizações e o que as torna diferente dos demais agrupamentos de pessoas.
- Explicar o que são e para que servem as principais funções organizacionais como marketing, finanças, gestão de pessoas e produção.
- Interpretar o que faz um administrador e aprender a identificar o campo de atuação do administrador.
- Identificar as principais funções e características do administrador.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – O ADMINISTRADOR E AS ORGANIZAÇÕES

ORGANIZAÇÕES

FUNÇÕES ORGANIZACIONAIS

FUNÇÃO DO ADMINISTRADOR

CARACTERÍSTICAS, PAPEIS E ATUAÇÃO DO ADMINISTRADOR

UNIDADE II – TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO: DA CIENTÍFICA À NEOCLÁSSICA

ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

TEORIA CLÁSSICA

TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS

TEORIA NEOCLÁSSICA

UNIDADE III – ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS, ESTRUTURALISTA,

COMPORTAMENTAL E A TEORIA DOS SISTEMAS

ADMINISTRAÇÃO POR OBJETIVOS

ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

ABORDAGEM COMPORTAMENTAL

TEORIA DE SISTEMAS

UNIDADE IV – DA TEORIA CONTINGENCIAL À ADMINISTRAÇÃO MODERNA

TEORIA CONTINGENCIAL

NOVAS ABORDAGENS DE ADMINISTRAÇÃO

NOVOS SEGMENTOS E TENDÊNCIAS DE MERCADO

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

PISICCHIO, Antonio Carlos. Fundamentos da administração. Recife: Telesapiens, 2022

VALENZA, Giovanna Mazzarro.; BARBOSA, Thalyta Mabel N. Barbosa. Introdução à EAD. Recife: Telesapiens, 2022

ALMEIDA, Maria Paula de. Teorias da administração. Recife: Telesapiens, 2022

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de. Fundamentos de marketing. Recife: Telesapiens, 2022

OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de. Estratégias de marketing. Recife: Telesapiens, 2022

SILVA, Andrea Cesar Pedrosa. Segurança, meio ambiente, Saúde e responsabilidade social. Recife: telesapiens, 202

PERIÓDICOS

GUIMARAES, Ana Lucia. Ética e cidadania. Recife: Telesapiens, 2022

SILVA, Heloisa de Puppi e.; VALENTIM, Isabela Christina Dantas.; RIBEIRO, Luana da Silva. Economia. Recife: Telesapiens, 2022

4932	Gestão de Custos, Riscos e Perdas – Gcrp	80
------	--	----

APRESENTAÇÃO

A logística e a economia atual. Conceitos inerentes a gestão logística (custos básicos e custos aplicados). Custos de armazenagem e movimentação. Custos de transportes (rodoviário, ferroviário, aeroviário, dutoviário, aquaviário, intermodalidade e multimodalidade). Custos de embalagens. Custos de manutenção do estoque (oportunidade, impostos e seguros, estocagem, riscos e custo total). Custos de tecnologia de informação (TI). Escrituração dos Custos tributários. Custos decorrentes de nível de serviço. Custos associados aos processos logísticos (abastecimento, de planta e distribuição). Apuração do custo logístico total (cálculo do custo logístico total e modelo de hierarquia de custo total para competitividade na cadeia de suprimentos). Visibilidade dos custos logísticos. Balanced Scorecard (BSC) e os indicadores de desempenho na logística. Valor econômico agregado (EVA). Custeio baseado em atividades (ABC). Outros métodos de custeio aplicados a logística.

OBJETIVO GERAL

Ao término dos estudos deste conteúdo, o estudante ou profissional de logística e ciências afins poderá aplicar importantes conceitos e fundamentos sobre custos nas mais diversas atividades econômicas, capacitando-se a avaliar riscos e a mensurar o desempenho dos processos logísticos, minimizando as perdas e maximizando os resultados econômicos para a organização.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- **Estudar os conceitos e definições de logística nas organizações.**
- **Compreender a importância da gestão de riscos nas empresas.**

- **Compreender a importância do planejamento para a gestão de custos, riscos e perdas.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS SOBRE CUSTOS LOGÍSTICOS

- Explicar os conceitos e definições de logística nas organizações.
- Interpretar a gestão da cadeia de suprimentos nas empresas.
- Explicar os custos inerentes as operações logísticas.
- Explicar os custos de transportes nas operações logística.

UNIDADE II – MENSURAÇÃO DE RISCOS E PERDAS NA LOGÍSTICA

- Interpretar a importância da gestão de riscos nas empresas.
- Explicar a gestão de perdas nas organizações.
- Interpretar a gestão de materiais nas organizações.
- Explicar como funciona a cadeia de valor.

UNIDADE III – GESTÃO SOBRE CUSTOS, RISCOS E PERDAS

- Interpretar a importância do planejamento para a gestão de custos, riscos e perdas.
- Reconhecer o gerenciamento de custos associados à Tecnologia de Informação (TI).
- Interpretar o papel da gestão da informação nas organizações.
- Interpretar a importância da qualidade no gerenciamento das atividades.

UNIDADE IV – CUSTOS E INDICADORES DE DESEMPENHO LOGÍSTICO

- Identificar os custos de embalagens.
- Interpretar o gerenciamento e custos do estoque.
- Explicar o valor econômico agregado (EVA) e o balanced scorecard (BSC).
- Explicar os indicadores de desempenho logístico e o custeio baseado em atividades (ABC).

REFERÊNCIA BÁSICA

OLIVEIRA, D. P. R. Administração de processos: conceitos, metodologias, práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREZ JÚNIOR, J. H. Gestão estratégica de custos. São Paulo: Atlas, 2005.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ROSINI, A. M. Administração de sistema de informação e a gestão do conhecimento. 2. ed São Paulo: Cengage, 2012.

VELOSO, R. Tecnologias da informação e da comunicação: desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2011.

PERIÓDICOS

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 11.Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

76	Metodologia do Ensino Superior	60
----	--------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.^a: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

609	Princípios da Gestão Pública: Deveres e Direitos	60
-----	---	----

APRESENTAÇÃO

Transparência da Gestão Pública Municipal: Um Estudo a partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios Brasileiros; Transparência na Gestão Pública; Construção do Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (Itgp-M); O Nível de Transparência da Gestão Pública Municipal; Análise de Regressão; Análise de Clusters; Os Poderes Administrativos e suas Finalidades; O Poder Vinculado; O Poder Discricionário; Limites do Poder Discricionário; Poder Hierárquico; Poder Disciplinar; Poder Regulamentar; Poder De Polícia; O Abuso de Poder; Os Deveres Administrativos e sua Aplicabilidade; O Poder-Dever de Agir; O Dever da Eficiência; O Dever Da Probidade; O Dever de Prestar Contas; A Responsabilidade Civil Da Administração Pública; Os Bens Públicos: Conceitos E Pertencimento; O Controle da Administração Pública e as Exigências Legais; Controle Interno; Controle Externo.

OBJETIVO GERAL

- Adquirir conhecimento sobre a transparência da gestão pública municipal a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Posicionar-se sobre a transparência na gestão pública; • Expressar-se sobre o abuso de poder no Brasil; • Analisar os poderes administrativos e suas finalidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO A PARTIR DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MAIORES MUNICÍPIOS BRASILEIROS TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (ITGP-M) O NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL ANÁLISE DE REGRESSÃO ANÁLISE DE CLUSTERS OS PODERES ADMINISTRATIVOS E SUAS FINALIDADES O PODER VINCULADO O PODER DISCRICIONÁRIO LIMITES DO PODER DISCRICIONÁRIO PODER HIERÁRQUICO PODER DISCIPLINAR PODER REGULAMENTAR PODER DE POLÍCIA O ABUSO DE PODER OS DEVERES ADMINISTRATIVOS E SUA APLICABILIDADE O PODER-DEVER DE AGIR O DEVER DA EFICIÊNCIA O DEVER DA PROIBIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OS BENS PÚBLICOS: CONCEITOS E PERTENCIMENTO O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS EXIGÊNCIAS LEGAIS CONTROLE INTERNO CONTROLE EXTERNO

REFERÊNCIA BÁSICA

ABRANTES, José Serafim. LRF fácil – guia contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal - apresentação. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade – Instituto Ethos, 2001. ALBUQUERQUE, Guilherme. Curso de administração financeira e orçamento público – Lei de responsabilidade fiscal. Brasília: Escola de Administração e Negócios (ESAD), 2002. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2011. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental – Um enfoque administrativo. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2002. SILVA, Tatiana Buzalaf de Andrade e. Responsabilidades Legais dos Administradores das Sociedades Comerciais. O conceito de administrador e a delimitação das suas responsabilidades perante os sócios, os acionistas, a empresa e a comunidade em que atua. São Paulo: Texto novo, 2005. SLOMSKI, V.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2011. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993. VIVEIROS, Augusto. A vitória do parlamento – PLC nº 135 – 1966. Câmara dos Deputados. Brasília, 1998.

PERIÓDICOS

AKUTSU, L.; PINHO, J.A.G. Sociedade da informação, accountability, e democracia delegada: investigação em portais de governo no Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36, n.5, p.723-745, set./out. 2002.

532	Direito Processual Tributário	30
-----	-------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Fundamentos do Processo Tributário e Execução Fiscal; Execução Fiscal No Processo Judicial Tributário; Critérios Antecipatórios À Execução Fiscal; Processo de Constituição Para Ação de Execução Fiscal; A Execução Judicial e Critérios Avaliadores para a Liquidez da Dívida; Os Efeitos da Execução Judicial Perante a Certeza do Débito; Sistema Processual Tributário: Evolução Histórica e Paradigmática; Crimes Contra a Ordem Tributária e a Representação Fiscal para fins Penais; O Crédito Tributário e a sua Constituição pelo Lançamento; Fundamentos e Limites da Criminalização de Dívidas Tributárias; Crimes Contra a Ordem Tributária e a Representação para Fins Penais; Causas de Extinção da Punibilidade.

OBJETIVO GERAL

- Demonstrar a importância do estudo dos fundamentos do processo tributário e execução fiscal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Estudar o processo de constituição para ação de execução fiscal;
- Estabelecer as relações entre os fundamentos e limites da criminalização de dívidas tributárias;
- Analisar e posicionar-se sobre os crimes contra a ordem tributária e a representação para fins penais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FUNDAMENTOS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO E EXECUÇÃO FISCAL EXECUÇÃO FISCAL NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO CRITÉRIOS ANTECIPATÓRIOS À EXECUÇÃO FISCAL PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO PARA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL A EXECUÇÃO JUDICIAL E CRITÉRIOS AVALIADORES PARA A LIQUIDEZ DA DÍVIDA OS EFEITOS DA EXECUÇÃO JUDICIAL PERANTE A CERTEZA DO DÉBITO SISTEMA PROCESSUAL TRIBUTÁRIO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PARADIGMÁTICA CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E A REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS O CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A SUA CONSTITUIÇÃO PELO LANÇAMENTO FUNDAMENTOS E LIMITES DA CRIMINALIZAÇÃO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E A REPRESENTAÇÃO PARA FINS PENAIS CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE ANEXO 01: PESQUISAS SOBRE DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO PESQUISA - DISPOSITIVO DE LEI SOBRE DEPÓSITO DE PRECATÓRIO JUDICIAL É JULGADA INCONSTITUCIONAL PESQUISA - A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA PESQUISA - REGRA SOBRE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS É INCONSTITUCIONAL CORRIDA DE BARREIRAS PESQUISA - MENSAGEM 845 CASA CIVIL - CRÉDITOS DE NATUREZA ALIMENTAR ANEXO 02: LEGISLAÇÃO FEDERAL E NORMAS TRIBUTÁRIAS DA UNIÃO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Direito Penal Tributário: Crimes Contra a Ordem Tributária. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1997. ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Atualizado por DERZI, Misabel. Rio de Janeiro: Forense, 1981. _____, Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 7 ed. rev. e compl. a luz da Constituição de 1988 até a Emenda Constitucional nº 10/1996. Rio de Janeiro, Forense, 1997. MARINS, James. Direito Processual Tributário, 4 ed, São Paulo: Dialética, 2005. NOGUEIRA, Ruy Barbosa Nogueira. Curso de Direito Tributário. 15 ed. atual., São Paulo, Saraiva, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. OLIVEIRA, F.A. de. A desordem fiscal e os caminhos para uma nova reforma do sistema tributário. Campinas: Unicamp/IE, 1993 (Texto para Discussão, 21). PONTES, Helenilson Cunha. O Princípio da Proporcionalidade e o Direito Tributário. São Paulo, Dialética, 2000. REZENDE, F. Fiscal decentralization and big cities financing in Brazil. Brasília: Ipea, jul. 1998, mimeo. _____. A metamorfose do estado. São Paulo: Edições Abag, 1993. VIEIRA, José Roberto. A Regra-Matriz de Incidência do IPI: texto e contexto. Curitiba, Juruá, 1993.

PERIÓDICOS

BARROS, Adriano Celestino Ribeiro. 2011. O ICMS ambiental: interface entre o direito ambiental e tributário, disponível em: . Acesso em: 11 jun. 2013.

5515	Gestão de Riscos em Investimentos	80
------	-----------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A gestão de riscos em instituições financeiras. O processo de identificação de riscos. Tipos de riscos. As análises qualitativa e quantitativa dos riscos. O plano de respostas ao risco. A monitoração e o controle do risco. Estatísticas e análise de riscos. Análise de casos práticos.

OBJETIVO GERAL

Nunca houve tantas startups e novas oportunidades de investimento nessas empresas. Ao mesmo tempo, a aplicação no mercado de capitais ficou fácil e acessível para uma grande fatia da população mundial. Esses aspectos só vêm aumentar o grau de importância de profissionais que sabem lidar com o gerenciamento de riscos quanto ao investimento no mercado de capitais. Esta é a finalidade deste conteúdo, ou seja, levar o conhecimento e as boas práticas para quem quer investir de forma segura neste crescente e globalizado mercado.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender o histórico e a importância da Gestão de Riscos.
- Entender a importância e o papel da gestão de riscos em instituições financeiras.
- Compreender a teoria de risco e retorno e suas aplicações.
- Identificar e avaliar riscos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS

HISTÓRICO DA GESTÃO DE RISCOS

GESTÃO DE RISCO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

TEORIA DE RISCO E RETORNO

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

UNIDADE II – MERCADO DE CAPITAIS

MERCADO DE CAPITAIS

DEFINIÇÕES E TIPOS DE RISCOS

TIPOS DE ANÁLISE DE INVESTIMENTOS E CÁLCULOS DE RISCO E RETORNO

DISTRIBUIÇÃO DE PROBABILIDADES E RETORNOS

UNIDADE III – PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS DE CAPITAL

MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS DE CAPITAL

O DOWNSIDE DO MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS DE CAPITAL, A

MEDIDA ÔMEGA, A LINHA DE MERCADO DE CAPITAIS E A LINHA DE

SEGURANÇA DE MERCADO

MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS DE CAPITAL EXPANDIDO

MODELO DOS TRÊS FATORES

UNIDADE IV – TÉCNICAS E PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DE RISCOS DE CAPITAL

ARBITRAGE PRICING THEORY (APT)

VALUE AT RISK (VAR)

BASILEIA III

CASO PRÁTICO

REFERÊNCIA BÁSICA

DAVANZO, M. Q. Gestão de riscos em instituições financeiras: a atuação da tesouraria I. Márcio Queiroz Davanzo. - 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3fBSITV>

DE CICCIO, F.; FANTAZZINI, M. L. Tecnologias consagradas de gestão de riscos: riscos e probabilidades. São Paulo: Séries Risk Management, 2003.

LIBALDI NETO, P. Gestão de riscos em investimentos. Recife: Telesapiens, 2022

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FELLET, B. G. Avaliação de Modelos de Precificação de Ativos no Mercado Acionário Brasileiro. Bianca Gabriel Fellet – Brasília, DF, 2016. 99 p.

GOLLUB, R. A., Value At Risk: Um Conceito Em Busca De Identidade: Inovação Ou Evolução?. São Paulo: EAESPIFGV, 1997. 64p.

PERIÓDICOS

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60
----	------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4847	Pensamento Científico	60
------	-----------------------	----

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO

A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO

A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO

RESUMO

FICHAMENTO

RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA

COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT

TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

536

Sistema Tributário Nacional

30

APRESENTAÇÃO

Sistema Tributário Nacional; A História da Tributação No Brasil; Do Império à República: Centralização E Descentralização; O Estado Novo: Poucas Mudanças; O Pós-Guerra: Novos Impostos; A Reforma da Década de 60; A Tributação Durante A Ditadura Militar; A Reforma Tributária de 1988 e os Ajustes Posteriores; Considerações acerca das Últimas Décadas; Enfim....; Parâmetros Tributários da Economia Brasileira; Calibragem de Parâmetros Da Economia Brasileira Em 2002; Distribuição das Famílias; Horas Trabalhadas; Consumo Desagregado; Salário Desagregado; Participação do Capital no Produto; Taxa de Juros; A Distribuição da Carga Fiscal; Tributação Sobre a Renda do Trabalho; Tributação Sobre a Renda do Capital; Tributação Sobre o Consumo; Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto Sobre Serviços (ISS); Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 27 Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); Parte Fixa e Alíquota Efetiva Total da Tributação sobre o Consumo; Os Meios Eletrônicos e a Tributação; As Mudanças Tecnológicas e os Paradigmas Jurídico-Tributários; Os Principais Problemas Jurídico-Tributários Suscitados pelos Novos Meios Eletrônicos; Software; Livro Eletrônico; Provedor de Acesso à Internet (Rede Mundial De Computadores); Comércio Eletrônico Impróprio ou Indireto; Comércio Eletrônico Próprio ou Direto; Estabelecimento Virtual.

OBJETIVO GERAL

- Prover conhecimentos sobre o Sistema Tributário Nacional, sua história, conceito e importância.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Fazer a análise da tributação durante a ditadura militar com a atual em nosso país;
- Estudar o Programa De Integração Social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF));
- Focalizar as mudanças tecnológicas e os paradigmas jurídico-tributários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL A HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO O ESTADO NOVO: POUCAS MUDANÇAS O PÓS-GUERRA: NOVOS IMPOSTOS A REFORMA DA DÉCADA DE 60 A TRIBUTAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR A REFORMA TRIBUTÁRIA DE 1988 E OS AJUSTES POSTERIORES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS ENFIM PARÂMETROS TRIBUTÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA INTRODUÇÃO CALIBRAGEM DE PARÂMETROS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2002 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS HORAS TRABALHADAS CONSUMO DESAGREGADO SALÁRIO DESAGREGADO PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NO PRODUTO TAXA DE JUROS A DISTRIBUIÇÃO DA CARGA FISCAL TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA DO TRABALHO TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA DO CAPITAL TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CPMF) PARTE FIXA E ALÍQUOTA EFETIVA TOTAL DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO CONCLUSÃO OS MEIOS ELETRÔNICOS E A TRIBUTAÇÃO INTRODUÇÃO AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E OS PARADIGMAS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS SUSCITADOS PELOS NOVOS MEIOS ELETRÔNICOS SOFTWARE LIVRO ELETRÔNICO PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET (REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES) COMÉRCIO ELETRÔNICO IMPRÓPRIO OU INDIRETO COMÉRCIO ELETRÔNICO PRÓPRIO OU DIRETO ESTABELECIMENTO VIRTUAL CONCLUSÕES OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ABAL, Rafael Peixoto. Decadência & os Tributos Sujeitos ao Lançamento por Homologação. Curitiba: Juruá, 2006. AFFONSO, J.R.R. Descentralização fiscal na América Latina: estudo de caso do Brasil. Rio de Janeiro: Cepal/CEPP, 1994, p.71 (Relatório de Pesquisa, 4). _____; SILVA, P. (org.) A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995. BRASIL, Angela Bittencourt. Informática Jurídica - O Ciber Direito. Rio de Janeiro. 2000. BRASIL. Código Tributário Nacional. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. ROSA JR., Luiz Emydio F. da. Manual de Direito Financeiro & Direito Tributário: Jurisprudência Atualizada. 14 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15. ed. revista, São Paulo: Malheiros, 1998. SILVA, M.C; BERES, N.A. "Finanças Públicas" In: IBGE Estatísticas Históricas do Brasil 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 12 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. _____. Curso de direito financeiro e tributário? 13 Ed. Atual. Até a publicação da Emenda Constitucional nº 48/2005 e a LC. Nº 118/2005? Rio de Janeiro: Renovar, 2006. VARSANO, R "A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas". Pesquisa e Planejamento Econômico 27(1), 1997. VIANNA, S.W. et alli "Carga Tributária Direta e Indireta sobre as Unidades Familiares no Brasil: avaliação de sua incidência nas grandes regiões urbanas em 1996" Texto para Discussão IPEA n.º 757. Brasília: IPEA, setembro 2000. VIEIRA, José Roberto. A Regra-Matriz de Incidência do IPI: texto e contexto. Curitiba, Juruá, 1993.

PERIÓDICOS

CASTRO, Aldemario Araujo. Os meios eletrônicos e a tributação. Disponível em: www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/os-meios-eletronicos-e-tributacao-0?. Acesso em: 5 jun. 2013.

APRESENTAÇÃO

Planejamento Tributário: Algumas Considerações Iniciais; O Planejamento: Origens e Importância; Planejamento Tributário: Conceitos e Epistemologia; O Planejamento Tributário a partir das Normas Jurídicas Fiscais; O Planejamento Tributário a Partir das Normas Jurídicas Fiscais; Planejamento Tributário: A Questão da Elisão e da Evasão Fiscal; Definições e Conceitos; Imunidade Tributária; Elisão e Evasão Fiscal; Sistema Tributário: Elementos e Características; Tributação sobre o Consumo, a Propriedade e a Renda; A Medida Provisória N. 232 e a Norma Antielisiva – Parágrafo  nico Do Art. 116; A Medida Provisória N. 232.

OBJETIVO GERAL

- Definir Planejamento Tributário bem como origens, conceito e importância.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar o planejamento tributário a partir das normas jurídicas fiscais; • Posicionar-se sobre a questão da elisão e da evasão fiscal; • Estudar e refletir sobre a Medida Provisória n. 232 e a norma antielisiva – Parágrafo  nico do Art. 116.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ALGUMAS CONSIDERA OES INICIAIS O PLANEJAMENTO: ORIGENS E IMPORTÂNCIA PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO A PARTIR DAS NORMAS JURÍDICAS FISCAIS O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO A PARTIR DAS NORMAS JURÍDICAS FISCAIS PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: A QUESTÃO DA ELISÃO E DA EVASÃO FISCAL DEFINI OES E CONCEITOS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ELISÃO E EVASÃO FISCAL SISTEMA TRIBUTÁRIO: ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS TRIBUTA O SOBRE O CONSUMO, A PROPRIEDADE E A RENDA A MEDIDA PROVISÓRIA N. 232 E A NORMA ANTIELISIVA – PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 116 A MEDIDA PROVISÓRIA N. 232

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2007. BATISTA JÚNIOR, Onofre Silva. O planejamento fiscal e a interpreta o no direito tributário. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento Tributário na Prática. São Paulo: Editora Atlas, 2008. PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ANDRADE, José Maria Arruda de (orgs.). Planejamento tributário. São Paulo: MP Ed., 2007. VAZ, Carlos. Evasão tributária. Rio de Janeiro: Forense, 1987. XAVIER, Alberto. Tipicidade da tributa o, simula o e norma antielisiva. São Paulo: Dialética, 2001.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro, 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Editora Polis, 1991. CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento Tributário na Prática. São Paulo: Editora Atlas, 2008. LIMA, Ana Vald via Ferreira de. O planejamento tributário do imposto de renda pessoa jurídica: estudo de caso em uma empresa de turismo de Fortaleza. Fortaleza: Faculdade Lourenço Filho, 2010. MAXIMIANO, Ant nio Cesar Amaru. Teoria geral da administra o. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. MELO, José Eduardo Soares de. Planejamento tributário e a Lei Complementar 104. O Planejamento Tributário e a Lei Complementar 104. São Paulo: Dialética, 2001.

PERIÓDICOS

FERREIRA, Alexandre Henrique Salema; DUARTE, Ana Maria da Paixão. Planejamento tributário: instrumento eficaz de gestão empresarial. Qualit@s - Revista Eletr nica. Volume 4 - 2005 / número 2. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/52/43>. Acesso em: 20 jun. 2013.

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997. SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O profissional em MBA em Gestão Tributária poderá atuar nos diversos segmentos do mercado, utilizando as técnicas para otimizar os resultados das organizações com uma gestão eficiente e eficaz dos tributos e contribuições.